



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS)

Em 20/11/2020 a **prefeitura municipal de Cachoeira da Prata/MG** formalizou o processo administrativo de licenciamento ambiental simplificado nº **21133/2015/002/2020**, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS). A atividade a ser realizada pelo município foi enquadrada pela Deliberação Normativa 217/2017 como **“Estação de Tratamento de Esgotos”** (E-03-06-9 DN 217/17) a ser realizada no próprio município. A vazão média prevista de 4,100 l/s justifica a adoção de licenciamento ambiental simplificado, tendo em vista a incidência de critério locacional zero.

Foi assinalado no Formulário de Caracterização do Empreendimento (FCE) que o processo em tela trata-se de uma renovação, em função de o empreendimento ter sido licenciado por meio da Autorização Ambiental de Funcionamento – AAF nº 04009/2015, cuja validade expirou em 25/08/2019. Contudo, o decreto 47.383/2018, em seu artigo 37, § 6º, dispõe que:

Art. 37 - O processo de renovação de licença que autorize a instalação ou operação de empreendimento ou atividade deverá ser formalizado pelo empreendedor com antecedência mínima de cento e vinte (120) dias da data de expiração do prazo de validade, que será automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente quanto ao pedido de renovação. (Grifo nosso)

§ 6º - Os empreendimentos ou atividades regularizados por meio de Autorizações Ambientais de Funcionamento vigentes deverão, no prazo de que trata o caput, formalizar processo para obtenção de nova licença ambiental, de acordo com as modalidades previstas no art. 14.". (Grifo nosso)

Deste modo, considerando que o processo atual foi formalizado em 20/11/2020, e portanto, fora do prazo definido no artigo 37 supracitado, o empreendimento não possui regularização ambiental vigente.

A estação de tratamento de efluentes (ETE) está localizada na zona urbana do município de Cachoeira da Prata em uma área de 32.781 m², sendo 8.955 m² de área utilizada. A ETE contará com 01 funcionário.

O tratamento será realizado por meio das seguintes fases: Tratamento preliminar, composto por medidor de vazão, desarenador e gradeamento; tratamento secundário, composto por uma lagoa facultativa.

Quanto aos esgotos sanitários tratados na ETE, estes são direcionados para o ribeirão dos Macacos, corpo receptor classe 2, integrante da bacia hidrográfica do rio Paraopeba. Ressalta-se que para o lançamento do efluente tratado em curso de água é necessária autorização para intervenção (sem supressão) em área de preservação permanente (APP). Esta autorização não foi apresentada. Cabe informar que a DN 217/2017, em seu artigo 15, dispõe que:

Art. 15 – Para a formalização de processo de regularização ambiental deverão ser apresentados todos os documentos, projetos e estudos exigidos pelo órgão ambiental estadual.



Parágrafo único – **O processo de LAS somente poderá ser formalizado após obtenção pelo empreendedor das autorizações para intervenções ambientais** ou em recursos hídricos, quando cabíveis, que só produzirão efeitos de posse do LAS. (Grifo nosso)

Como principais impactos inerentes à atividade, tem-se o lançamento de efluentes líquidos e a geração de resíduos sólidos.

Quanto aos efluentes líquidos gerados no empreendimento, esses são provenientes dos sanitários e são direcionados para tratamento na própria ETE.

Com relação aos resíduos sólidos, tem-se o lixo retirado do gradeado que será destinado a aterro sanitário.

Com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), considerando a não apresentação de documento autorizativo para intervenção, sem supressão, em APP, sugere-se o **indeferimento** do pedido de Licenciamento Ambiental Simplificada à **prefeitura municipal de Cachoeira da Prata/MG**, para a realização da atividade “**Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário**” (código E 03-06-9), no município de Cachoeira da Prata/MG.